



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

## Estado do Paraná

CONTRATO Nº 106/2022, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU E  
A EMPRESA CONSTRUTORA VITORINO  
LTDA.

### CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE PORECATU**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, nº 344, inscrito no CNPJ sob o nº 80.542.764/0001-48, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Fabio Luiz Andrade**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade de Porecatu, PR, inscrito no CPF sob o nº 004.411.199-13, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado Construtora Vitorino LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.712.958/0001-82, com sede na Rodovia BR-376, nº 4670, Km 231 sala 01, Parque industrial Zoa Oeste 1, no Município de Apucarana/PR, neste ato representada pelo(a) Sr(a) Thayza Raquel Silva e Souza Prudêncio Vitorino, (brasileira),(casada), portadora da cédula de RG 13.446.907-2 inscrito no CPF sob nº 077.322.839-02, residente e domiciliado no Município de Apucarana, doravante denominada **EMPREITEIRA**, celebram o presente **CONTRATO**, com base na Concorrência nº 03/2022 e com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas e condições:

**1ª** - O **MUNICÍPIO** contrata a **EMPREITEIRA**, sob o regime de empreitada global, compreendendo materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para execução de obra de pavimentação asfáltica com CBUQ em diversas Ruas, no Município de Porecatu/PR, em estrita consonância com o memorial descritivo, projetos, cronograma físico e financeiro e planilha orçamentária, os quais estão juntados no processo licitatório supracitado, mas que ficam fazendo parte integrante deste instrumento como se no mesmo estivessem transcritos e que deverão ser observados com rigor.

**§ 1º** - A extensão total prestada no serviço será a seguinte: (42.073,57 m<sup>2</sup>), total entre todas as Ruas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de Recapeamento de pavimento asfáltico com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) na camada de rolamento, com espessuras de acordo com planilhas e cronograma físico em diversas ruas do	M <sup>2</sup>	42.073,57	R\$ 90,00	R\$ 3.786.884,23



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

	município Porecatu-PR.	de				
--	---------------------------	----	--	--	--	--

§ 2º - A **EMPREITEIRA** deve atender ao quesito quanto a distância máxima de transporte do asfalto, de 150km (cento e cinquenta quilômetros), para evitar a perda do calda mistura, mantendo a viscosidade adequada na aplicação, garantindo assim, a qualidade do pavimento, de acordo com o solicitado no memorial descritivo elaborado pelo Setor de Engenharia.

§ 3º - Os serviços a serem executados compreendem mão de obra, material, ferramentas e equipamentos necessários para que todos os serviços sejam desenvolvidos com qualidade e segurança fornecidos pela **EMPREITEIRA**, sob sua única responsabilidade.

§ 4º - A **EMPREITEIRA** deverá deixar o local limpo e organizado após a conclusão dos serviços, recolhendo todo e qualquer resíduo de material que restar.

§ 5º - A **EMPREITEIRA** deverá proporcionar proteção coletiva e sinalização obrigatória de advertência de obra, prevendo a adoção de medidas que evitem a ocorrência de desmoronamentos, deslizamentos, projeção de materiais, acidentes com pessoas, máquinas, equipamentos e veículos, sendo a única e exclusiva responsável pela ocorrência de quaisquer tipos de eventos danosos, nos termos Do edital de Concorrência Pública 03/2022.

§ 6º - A **EMPREITEIRA** deverá fornecer os materiais, o pessoal especializado e os equipamentos necessários para a execução da obra, sendo a única e exclusiva responsável pelos mesmos.

§ 7º - A **EMPREITEIRA** deverá recuperar as áreas e os bens não incluídos na obra e deixá-los em seu estado original, caso, durante a execução dos serviços, venha a danificá-los.

§ 8º - A **EMPREITEIRA** deverá refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste contrato, no edital da licitação e documentos anexos, bem como os serviços que apresentarem defeitos de material ou vício de construção, de acordo com a legislação aplicável.

§ 9º - A **EMPREITEIRA** deverá executar os serviços com estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos poderes públicos, mantendo o local da obra sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

§ 10 - A **EMPREITEIRA** deverá fornecer equipamentos de proteção individual a todas as pessoas envolvidas na obra.

§ 11 - A **EMPREITEIRA** deve fornecer os meios mecânicos que forem necessários ao desempenho da execução da obra, todo o material, bem como a mão de obra, ferramentas e equipamentos para execução, ou seja, deverá possuir em seu quadro



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

de funcionários pessoal capacitado e meios para desenvolver o serviço e efetuar a limpeza diária do local logo após o término dos trabalhos.

§ 12 - O material utilizado para o serviço Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) deverá provir de uma empresa devidamente licenciada pela CONAMA, ou órgão que a substitua, sob pena de aplicação de multa e rescisão do contrato.

§ 13 – A licença de operação para CBUQ poderá ser solicitada a qualquer tempo pela PMP, para vistoria. A referida licença deverá estar em vigor e caso a **EMPREITEIRA** não seja a própria extratora, deverá anexar toda a documentação relativa à empresa fornecedora, juntamente com a nota fiscal de compra. O desrespeito a este parágrafo poderá ocasionar a aplicação de multa e rescisão do contrato.

§ 14 – A obra somente será liberada após vistoria, fiscalização e medição a cargo da Secretaria Municipal de Obras.

§ 15 – A **EMPREITEIRA** é obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na obra em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 16 – O **MUNICÍPIO** poderá se utilizar dos benefícios do art. 57 da lei nº 8.666/93, caso tenha interesse.

2ª - O preço global estipulado para a execução da obra relativa ao objeto deste contrato é de **R\$ 3.786.884,23 (três milhões setecentos e oitenta e seis mil oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos)**, sendo que desta importância R\$ 3.408.195,81 (três milhões quatrocentos e oito mil cento e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos) correspondem aos materiais e R\$ 378.688,42 (trezentos e setenta e oito mil seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos) correspondem à mão de obra.

3ª - Os pagamentos serão efetuados de acordo com o cronograma físico-financeiro, após liberação da Secretaria Municipal Para Obras e Habitação – SMPOH.

§ 1º - Será retido em cada parcela o ISSQN-Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, será retido na fonte de forma dada com redação pela Lei nº 006/2017.

§ 2º - A liberação da obra será feita mediante vistoria, fiscalização e medição a cargo da Secretaria Municipal Para Obras e Habitação, que ao final emitirão o Termo de Recebimento Provisório.

§ 3º - Após a devida fiscalização e aprovação da adequação e qualidade da obra, a Secretaria Municipal Para Obras e Habitação emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

§ 4º - O pagamento das parcelas estará condicionado à apresentação pela **EMPREITEIRA** de cópias das folhas de pagamento e das guias de recolhimento das



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

obrigações sociais e previdenciárias de todos os seus funcionários, sob pena de retenção até a competente regularização.

§ 5º - A obra somente será recebida após a limpeza do local e retirada de todos os entulhos que restarem.

§ 6º - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da **EMPREITEIRA** pela solidez e segurança da obra, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4ª - O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão do Termo de Início da Obra. O prazo poderá ser prorrogado, justificadamente, a critério do **MUNICÍPIO**.

§ 1º - O prazo impreterível para a execução da obra completa é de 300 (trezentos) dias, a contar da data do Termo de Início da Obra, momento no qual estará totalmente encerrada a relação contratual existente entre as partes, independentemente de notificação ou prévio aviso.

§ 2º - Ao final da obra a **EMPREITEIRA** deverá efetuar a limpeza total do local, sob pena de multa de 01% (um por cento) do valor total do contrato.

5ª - Caberá ao servidor Ailton Picolo a fiscalização da execução da empreitada, podendo a qualquer momento embargar no todo ou em parte as fases de execução, sendo que a **EMPREITEIRA** só dará continuidade nos trabalhos após autorização por escrito.

**Parágrafo Único:** A **EMPREITEIRA** deverá, quando da execução do presente instrumento, nomear e apresentar um profissional técnico para acompanhar os trabalhos, sendo este o responsável por receber o fiscal do **MUNICÍPIO**, visando dirimir todas as dúvidas para o bom andamento dos trabalhos.

6ª - A **EMPREITEIRA** ficará responsável pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data final do recebimento, a realizar qualquer reparo por defeitos ou inconformidades apresentados na obra, oriundos da execução dos trabalhos.

**Parágrafo Único:** Caso sejam constatados defeitos ou irregularidades na obra dentro do prazo previsto no *caput* desta cláusula, o **MUNICÍPIO** notificará a **EMPREITEIRA** para que corrija as inconformidades, sendo que no caso da mesma não cumprir o solicitado, o **MUNICÍPIO** efetuará os consertos necessários e cobrará judicialmente os custos das correções, acrescidos da multa de 20% (vinte por cento).

7ª - Caberá à **EMPREITEIRA** fornecer toda a mão de obra, materiais, ferramentas e todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços, bem como refazer, corrigir ou reparar qualquer serviço impugnado pela fiscalização e efetuar a substituição de material inadequado, sem que isso venha a incorrer em ônus para o **MUNICÍPIO**.

8ª - Os encargos sociais, fiscais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, tributários,



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

frete, tarifas, descargas, transportes, materiais, responsabilidade civil por acidentes e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto do contrato são de inteira responsabilidade da **EMPREITEIRA**.

§ 1º - A **EMPREITEIRA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

§ 2º - É de exclusiva responsabilidade da **EMPREITEIRA** o cumprimento dos direitos trabalhistas de seus empregados, devendo ressarcir prejuízos causados ao **MUNICÍPIO** caso o mesmo venha a ser condenado subsidiariamente ou solidariamente em eventual reclamatória trabalhista.

§ 3º - A inadimplência por parte da **EMPREITEIRA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao **MUNICÍPIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

9ª - No presente ato de assinatura, a **EMPREITEIRA** comprova a prestação de garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em favor do **MUNICÍPIO**, através de, por meio, , no valor de R\$ ( ), em conformidade com solicitado em edital da Concorrência nº 03/2022.

§ 1º - A garantia prestada será liberada ou restituída, ao término da vigência deste contrato, se não utilizada nas formas no parágrafo terceiro do artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º - A garantia reverterá em favor do **MUNICÍPIO**, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da **EMPREITEIRA**, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabível.

§ 3º - Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida será atualizada monetariamente.

§ 4º - A garantia somente será liberada após o termo da vigência deste contrato.

§ 5º - Caso este contrato seja prorrogado, a **EMPREITEIRA** deverá providenciar a prorrogação da garantia.

10ª - O **MUNICÍPIO** poderá aplicar a **EMPREITEIRA** as penalidades previstas no edital da Concorrência nº 03/2022, a seguir descritas:

I – **ADVERTÊNCIA**: que poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória;

b) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

**II – MULTA:** o **MUNICÍPIO** poderá aplicar à **EMPREITEIRA** multa moratória e multa por inexecução contratual:

**a) MULTA MORATÓRIA:** a multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, ou execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos:

**a.1)** A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada a **EMPREITEIRA** a pena prevista no inc. III.

**a.2)** A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela entrega em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada a **EMPREITEIRA** a pena prevista no inc. III.

**b) MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

**b.1)** A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, *pró-rata-dia*, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

**b.2)** O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada a **EMPREITEIRA** a pena prevista no inc. III.

**III – SUSPENSÃO:** a suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Porecatu/PR destina-se aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação, podendo ser aplicada nas seguintes hipóteses e pelos seguintes períodos:

**a) Por 6 (seis) meses:**

**a.1)** Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenham acarretado prejuízo ao **MUNICÍPIO**.

**a.2)** Execução insatisfatória do contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

**b) Por 1 (um) ano:**

**b.1)** Na ocorrência de qualquer ato ilícito praticado pela licitante visando frustrar



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

seus objetivos ou que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório.

**b.2)** Recusar-se a assinar o Termo de Contrato e Retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido.

**c)** Por 2 (dois) anos quando a licitante ou contratada:

**c.1)** Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente;

**c.2)** Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo ao **MUNICÍPIO**, ensejando a rescisão do contrato;

**c.3)** Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**c.4)** Apresentar ao **MUNICÍPIO** qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, para participar da licitação;

**c.5)** Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com o **MUNICÍPIO**.

**IV - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se anteriormente for constatada uma das seguintes hipóteses:

**a)** Má-fé, ações maliciosas e premeditadas em prejuízo do **MUNICÍPIO**;

**b)** Evidência de atuação com interesses escusos;

**c)** Reincidência de faltas ou aplicação sucessiva de outras penalidades.

**§1º** – Ocorrendo as situações acima expostas, o **MUNICÍPIO** poderá aplicar a Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com toda a Administração Pública, enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

**§ 2º** – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada (quando houver), além da perda desta, responderá a **EMPREITEIRA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **MUNICÍPIO** ou cobrada judicialmente.

**§ 3º** – As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**§ 4º** – A sanção prevista no inc. IV desta cláusula é da competência exclusiva do Secretário Municipal ou Prefeito Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

**§ 5º** – As sanções previstas nos inc. III e IV desta cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela lei 8.666/93:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- I – Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II – Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III – Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 6º - As penalidades previstas neste contrato poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.

§ 7º – Constituem motivo para rescisão contratual:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
  - II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
  - III – a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
  - IV – o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
  - V – a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
  - VI – a subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
  - VII – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
  - VIII – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei 8.666/93;
  - IX – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - X – a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
  - XI – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
  - XII – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
  - XIII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- XIV – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 8º - Será permitida subcontratação parcial somente nos casos excepcionais previamente autorizados.

11ª - Além das penalidades previstas no edital de licitação e neste contrato, o **MUNICÍPIO** poderá aplicar a **EMPREITEIRA** as penalidades previstas no artigo 87 da Lei de Licitações.

12ª - O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

suas alterações.

**13ª** - A **EMPREITEIRA** deverá, durante toda a vigência deste contrato, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Concorrência nº 03/2022, devendo reapresentar a documentação que perder a validade durante a vigência deste contrato.

**14ª** - São causas para rescisão do contrato as previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93; bem como as previstas no § 7º da cláusula 10ª deste contrato.

**Parágrafo Único:** Não será permitida subempreitada, sendo causa para rescisão unilateral do contrato, sem direito a qualquer tipo de indenização, exceto em casos excepcionais previamente autorizados.

**15ª** - A **EMPREITEIRA** reconhece todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

**16ª** - Em caso de reclamação, a **EMPREITEIRA** deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MUNICÍPIO**, sempre via protocolo de entrega.

**17ª** - A **EMPREITEIRA** é a única e exclusiva responsável pelas consequências decorrentes de acidentes eventualmente ocorridos no local da obra.

**Parágrafo Único:** Tal responsabilidade refere-se a todos os termos e consequências que possam advir de um acidente, em especial a responsabilidade civil.

**18ª** - A **EMPREITEIRA** é a responsável pelos danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**19ª** - Para fiscalização do presente contrato, o Município designa o servidor Ailton Pícolo.

**20ª** - A despesa decorrente do presente contrato correrá por conta da seguinte dotação do orçamento em execução:

**ÓRGÃO:07- Secretaria de urbanismo Obras e Viação.**  
**Unidade Orçamentária:07.02- Divisão de Urbanismo**  
**Funcional:154510160-Urbanismo**  
**Projeto/Atividade: 2014000- Recapeamento/Pavimentação Asfáltica**  
**Natureza da Despesa:4.4.90.51.00.00.00- Obras e instalações**  
**Fonte de Recurso:808 – Recape Asfáltico em CBUQ-Convenio 56/2020.**

**21ª** - O **MUNICÍPIO** publicará súmula do presente instrumento na imprensa oficial.

**22ª** - As partes elegem o Foro desta Comarca de Porecatu, PR, para dirimir quaisquer litígios eventualmente oriundos deste contrato.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

E, por haverem assim acordado, declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste instrumento, comprometendo-se em bem e fielmente cumpri-las, pelo que assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Porecatu, 17 de agosto de 2022.

FABIO LUIZ ANDRADE:0  
0441119913

Assinado de forma digital por FABIO LUIZ ANDRADE:00441119913  
Dados: 2022.08.22 10:54:43 -03'00'

**Fabio Luiz Andrade**  
Prefeito Municipal

THAYZA RAQUEL SILVA E SOUZA PRUDENCIO  
VITORINO:01423128192

Assinado de forma digital por THAYZA RAQUEL SILVA E SOUZA PRUDENCIO VITORINO:01423128192  
Dados: 2022.08.22 13:11:22 -03'00'

Representante Legal da **EMPREITEIRA**

Testemunhas:

Nome: Lucas José O. Caires  
Pinheiro

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF: